

## BREVES RELATOS SOBRE 1963: MEMÓRIAS DE FRANCISCO JULIÃO<sup>1</sup>

Pablo F. de A. Porfirio<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo toma para análise alguns dos relatos de memória de Francisco Julião sobre o período anterior ao golpe de 1964, com destaque para o ano de 1963. Busca-se compreender como a produção dessa memória desejava fazer dialogar acontecimentos desse período com o processo de abertura política que ocorria no Brasil. Assim, o texto investiga quais os sentidos e significados da atualização desse passado, referente ao ano de 1963, realizado pelo trabalho da memória de Francisco Julião no final da década de 1970.

**Palavras-chave:** Francisco Julião; Ligas Camponesas; memória; movimentos sociais no campo.

### Abstract

This article analyzes some of Francisco Julião's memory about the period before the 1964 coup, especially regarding the year 1963. The aim is to understand how the production of this memory wished to engage pre-1964 events with the political opening process that occurred in Brazil. Thus, the paper investigates which are the meanings of the past's update concerning the year 1963, carried out by the work of Francisco Julião's memory at the end of the 1970s

**Keywords:** Francisco Julião; Peasants' Leagues; Memory; social rural movements.

### Introdução

Dezembro, 1977. Francisco Julião recebe a visita de uma equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas. Nesse momento, já havia se passado 12 anos de exílio no México. O encontro, na cidade de Yxcatepec, Estado de Morelos – resultou na produção de um relato sobre a história de vida do então exilado, que resultou em aproximadamente de 6 horas e 50 minutos de gravação e, posteriormente, 173 páginas datilografadas de transcrição.

Esse era talvez o primeiro relato de Francisco Julião, que circularia no Brasil, desde sua saída para o exílio, em 1965. Era provavelmente, até aquele momento, a única oportunidade para construir uma narrativa sobre a sua atuação junto às Ligas Camponesas e como deputado estadual e federal por Pernambuco, entre os anos de 1955

---

<sup>1</sup> Em grande medida, as ideias e discussões presentes neste artigo foram apresentadas na minha tese de doutoramento intitulada **De pétalas e pedras**: a trajetória de Francisco Julião, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Bolsista de pós-doutorado Junior do CNPq na Universidade Federal de Pernambuco.

a 1964. Ao mesmo tempo, o relato poderia circular entre intelectuais ligados a movimentos de esquerda ou apenas de oposição ao governo militar.

Uma grande parte do que foi narrado à pesquisadora Aspásia Camargo referiu-se aos 14 anos anteriores ao Golpe civil-militar de 1964. Praticamente não há nenhuma referência ao exílio, que naquele momento já durava 12 anos.

Talvez aquele período precedente a 1964 era o que mais interessava a pesquisadora. Mas também, deve-se à seleção promovida pela memória do entrevistado. Havia uma intencionalidade de Francisco Julião ao falar sobre aqueles anos. Ao ler as 173 páginas datilografadas, é possível identificar, em alguns trechos, que o exilado entendia o relato de memória como uma operação de seletividade. Ele mostrava-se ciente do cuidado que deveria ter na construção da entrevista concedida ao CPDOC.

Francisco Julião sabia que não era hora de rememorar determinado passado ou, caso o fizesse, deveria ser levado em consideração aquela dinâmica de redemocratização do Brasil. A entrevista para o CPDOC estava marcada pela intencionalidade de preparar uma possível volta ao Brasil. Resultava de um trabalho de seleção que Julião fez da sua memória, observando o processo de distensão e abertura política no Brasil: afinal aquele relato era um meio possível para se fazer ouvir em seu país.

Este período, final da década de 1970, foi marcado pela desvalorização da opção teórica e política da luta armada. Depois da derrota e intensa repressão sofrida pelos grupos que adotaram essa forma de atuação política, desenvolveu-se, em parte das esquerdas, uma crítica e autocrítica às ações armadas.<sup>3</sup>

Mas, aquela era uma oportunidade para fazer chegar ao Brasil as suas avaliações sobre o período anterior a 1964, passados 12 anos de exílio. Era uma ocasião para ele se reapresentar, um instrumento para responder a algumas antigas acusações e, quem sabe, abrir espaço para a construção de novas relações sociais e políticas no país.

Esse artigo se propõe a analisar alguns elementos dos relatos de memória de Francisco Julião sobre o período anterior ao golpe de 1964, com destaque para o ano de 1963. Nesse sentido, busca-se entender como a produção dessa memória desejava fazer dialogar acontecimentos do pré-1964 com o processo de abertura política que ocorria no Brasil. Procura-se estudar como esse diálogo propõe uma atualização daquele passado e,

---

<sup>3</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

por conseguinte, a produção de novos significados para a trajetória política do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião.

### 1. O conflito em Barreiros e o pré-1964

Na entrevista concedida a Aspásia Camargo, em 1977, Francisco Julião recordou um conflito ocorrido no ano de 1963, envolvendo trabalhadores do engenho e da usina do município de Barreiros, Mata Sul de Pernambuco. Em seu relato à pesquisadora do CPDOC, ele afirmou:

Realmente, em Barreiros, houve um conflito muito sério. As ligas, como já lhe expliquei aqui, foram infiltradas, e alguns companheiros chegaram a sectarizar muito o movimento, utilizando a invasão de terras – como a invasão das terras de Constâncio Maranhão, de Alarico Bezerra e de outros. Em Barreiros, certos grupos estavam interessados em criar problemas para o governo Arraes. Esses grupos estavam vinculados às ligas camponesas. Meteram-se no movimento e criaram um problema seríssimo com uma grande massa de trabalhadores do campo, que cortavam cana, a ponto de jogarem os trabalhadores contra a classe obreira, contra os trabalhadores da usina. Ameaçaram, inclusive, invadir a usina, destruí-la e liquidar com os trabalhadores.<sup>4</sup>

No início da década de 1960, a mobilização camponesa em Pernambuco era constituída pelas ações de diversos grupos. Setores do Partido Comunista, da Igreja Católica, trotskistas e maoístas. As Ligas Camponesas eram um dos maiores e mais destacados movimento. Entretanto, a sua frágil estrutura orgânica contribuiu para a formação de divisões e conflitos internos, intensificados a partir de 1963.

Para Joseph Page, neste ano e no início de 1964, “*o campo pernambucano*” era caracterizado por uma “*confusão maciça*”. “*A competição era frequentemente do tipo bizantino: [...] padres versus comunistas; versus Julião; versus trotskistas, versus maoístas, a nível local, com várias alianças sendo formadas e dissolvidas em rápida sucessão*”.<sup>5</sup>

Para Fernando Azevedo, havia uma “*unidade de ação tática do movimento social agrário*”<sup>6</sup> que foi quebrada com os resultados do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1961. Convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – controlada pelo Partido Comunista, o evento contou com a presença, entre outras entidades, das Ligas Camponesas, que estavam representadas por uma bancada

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. CPDOC/FGV. p. 164-165.

<sup>5</sup> PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.. p. 190.

<sup>6</sup> AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 89.

de 215 integrantes. Apesar da maioria dos 1400 delegados está ligada à ULTAB, a proposta vitoriosa no Congresso foi apresentada pelas Ligas, que conseguiram empolgar a plateia com a tese da reforma agrária radical.<sup>7</sup>

O resultado do Congresso de Belo Horizonte contribuiu para uma ruptura entre as Ligas Camponesas, e mais especificamente seu principal dirigente, Francisco Julião, e o Partido Comunista. As ligas passaram a atuar de forma mais independente ou em faixa própria, para usar um termo empregado por Julião.

Ainda para Azevedo, a partir do momento que a direção das Ligas incorporou a experiência da revolução cubana e a teoria de guerra de guerrilhas, a ideia de revolução brasileira foi reconfigurada. Passou a ser negada a possibilidade de conquistas e mudanças sociais se não fossem por meio de um confronto mais direto com o bloco industrial-agrário.<sup>8</sup>

Essa estratégia de ação não era compartilhada por grande parte do Partido Comunista. A maioria dos representantes do PCB, uma das principais forças de esquerda no início da década de 1960, criticava a condição de vanguarda para o campesinato criada pelas Ligas e por estas não priorizarem o caráter organizacional e legal do movimento rural. Para os vários comunistas a questão salarial estava sendo subestimada e havia uma valorização de táticas consideradas “aventureiras”, como as ocupações de terras.<sup>9</sup>

Existia também uma disputa por liderança. Ao se considerar os camponeses como vanguarda da revolução, poderia se estar colocando Francisco Julião nesta posição, pois ele era considerado o líder daqueles trabalhadores. Os debates entre Julião e os comunistas permaneceram e se intensificaram. Em 1962, por meio da imprensa, o deputado socialista afirmava não entender a união do PC com uma burguesia disfarçada de nacionalista. Os comunistas Paulo Cavalcanti e David Capistrano, em artigos publicados no jornal *A Hora*, questionavam a autoridade que Francisco Julião procurava exercer, com suas declarações, em relação ao direcionamento das lutas sociais, sobretudo no meio rural. Segundo Flávio Brayner, a disputa consistia em conseguir se mostrar mais consequente que seus opositores e, em declarações enciumadas, brigavam

---

<sup>7</sup> Idem, p. 91.

<sup>8</sup> AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Op. Cit. p. 92.

<sup>9</sup> PEREIRA, Anthony. “O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos”. In: **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. N. 26-2. Programa de Pós-graduação em História / Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. p. 250.

por aquilo que entendiam ser a condução da História. Estava em jogo a construção de uma autoridade, constituída pela capacidade em decidir sobre os caminhos a serem trilhados pelas lutas sociais no início dos anos de 1960.<sup>10</sup>

A atuação do PCB cresceu dentro do movimento rural, a partir de 1962, com a emissão de novas cartas para criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Esta era uma estratégia do governo João Goulart, efetivada pelo ministro do trabalho, Franco Montoro, que considerava a organização das Ligas como “*quase clandestina*”. Para ele, era necessário “*assegurar a maior publicidade para impedir que os sindicatos de trabalhadores rurais se organizem do mesmo modo que todas essas ligas [camponesas] haviam se organizado*”.<sup>11</sup> No final do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, o presidente João Goulart incentivou os trabalhadores rurais a se sindicalizarem.<sup>12</sup> Havia assim uma política sistematizada pelo governo federal para desestabilizar e promover o declínio das Ligas Camponesas, estabelecendo limites para o que era considerado aceitável dentro do movimento rural. Desejava-se também enfraquecer Francisco Julião, que tecia críticas ao presidente e se afastava de Jango.<sup>13</sup>

Em 1963, estima-se que as Ligas tinham cerca de 80.000 associados no Nordeste e estavam cada vez mais se isolando politicamente. Faltava-lhes uma organização verticalizada, a fim de promover uma maior coordenação de suas ações. As disputas internas entre os vários grupos eram crescentes. Um deles formado por ex-integrantes do PCB, por membros do PC do B, da POLOP e por trotskistas, em 1962, já havia tentado estruturar um campo de treinamento guerrilheiro em Dianópolis, Goiás.<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989, p. 90. PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. UFPE, 2009, p. 108-109.

<sup>11</sup> PEREIRA, Anthony. “O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos”. Op. cit. p. 251-252.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 21.

<sup>14</sup> Sobre a questão do campo de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas e a participação de Francisco Julião ver ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001; SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influencia da Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. “*Como um dos principais representantes do movimento camponês no Brasil, Francisco Julião nunca assumiu em suas entrevistas, na década de 1980, que ofereceu treinamentos de guerrilha para uma possível ação armada. Denise Rollemberg, em seu trabalho sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil, afirma que Julião, apesar de radicalizar cada vez mais suas posições em seus discursos no início da década de 1960, se opôs a facção das Ligas Camponesas favorável à guerrilha, liderada por Clodomir Moraes. Jean Rodrigues Sales, no livro A luta armada contra a ditadura militar,*

Para Clodomir Moraes, que participou dessa tentativa de organização de guerrilha, as Ligas Camponesas eram “um grande corpo amorfo que não tem nem esqueleto, nem sistema nervoso para unificá-lo”. Francisco Julião, por seu lado, admitia que “*agitar é uma coisa bela. O difícil é organizar*”.<sup>15</sup>

Fernando Azevedo dizia que o isolamento das Ligas “era, sobretudo, produto de uma atuação tática e uma visão estratégica radicalizante, que se desenvolvia numa faixa própria, contornando e rejeitando as regras do jogo político então em vigor e que passavam pelos acordos e pactos mais amplos, tendo como centro de gravidade o Estado populista”<sup>16</sup>. Essa é uma produção analítica do início dos anos 1980. Caracterizava aquele movimento como radical e afirmava que ele não aceitava qualquer pacto ou acordo com o poder executivo. Mais que isso, ressaltava que as Ligas não aceitavam as regras do jogo político do início da década de 1960. Isso também era pensado para seus integrantes e, principalmente, para aqueles considerados líderes.

Francisco Julião, entretanto, procurou diferenciar bem sua posição em relação aos companheiros, sobre os quais afirmava estarem “*interessados em criar problemas para o governo Arraes*”.<sup>17</sup> No relato de memória citado anteriormente, ele se apresentava como crítico à sectarização dos grupos que tinham se vinculado às Ligas e agiam por meio da invasão de terras e da mobilização dos trabalhadores para a destruição da propriedade, dificultando assim a administração do governo estadual<sup>18</sup>. Em 1977, o ex-advogado dos camponeses ressignificava seu passado informando que o radicalismo e o enfrentamento não era uma proposta sua, mas de grupos infiltrados no movimento.

## 2. Imagens e memórias de 1963

No conflito ocorrido na cidade de Barreiros, onde estavam envolvidos trabalhadores rurais, usineiro e os representantes do Estado, Francisco Julião afirma ter sido convocado por Miguel Arraes, governador de Pernambuco, para resolver o

---

*ratifica a ideia de que Francisco Julião não foi responsável pela tentativa de organização das guerrilhas. Contudo, ao contrário da análise de Denise Rollemberg, considera que por Julião não está diretamente envolvido com a organização, não significava que ele fosse contrário à ideia. Para esse autor, a concepção do dispositivo militar ficou a cargo de Clodomir Moraes. Por motivos de segurança as atividades foram compartimentadas, ficando sob a responsabilidade de Francisco Julião o proselitismo político junto às massas e desse modo não lhe caberiam a participação nas decisões que diziam respeito à guerrilha*”. Citado em PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Op. cit. p. 115.

<sup>15</sup> PEREIRA, Anthony. **O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos**. Op. cit. p. 254.

<sup>16</sup> AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Op. cit. p. 95.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. cit.

<sup>18</sup> Idem, p. 164-165.

problema, agindo assim como um conciliador.

Viajei até lá pela primeira vez. Anunciou-se que eu ia chegar e que iria haver uma grande concentração. Então, juntaram-se dez mil pessoas e tive que lhes falar largamente, explicando bem os problemas e tratando de mostrar que esse conflito era absurdo, que não podia haver conflito entre um trabalhador de usina e um trabalhador do corte de cana, que a usina era um patrimônio que deveria ser cuidado, porque os camponeses não podiam destruir aquilo que havia sido a obra, o sangue e o sacrifício do tempo dos escravos. Disse que eles haviam edificado essa usina e o canavial também (havia ameaça de pôr fogo no canavial). Eu disse: “Não se pode tocar fogo em um canavial, porque é como se vocês estivessem tocando fogo em vocês mesmos. Afinal de contas, bem ou mal, vocês daí tiram um salário para viver”. Isso foi um discurso imensamente largo, repetindo algumas coisas, para ficar bem na consciência deles.<sup>19</sup>

E continua:

Como essa massa de camponeses era imensa, o conflito tornou-se tão sério que o próprio governador me pediu para que eu fosse lá tentar amainar. [...] Sim; tratei de conciliar. Arraes me pediu para ir lá, e respondi: “Imediatamente, Arraes, não há problemas. Vamos conciliar o conflito”.<sup>20</sup>

Ao narrar esse passado, no depoimento do final da década de 1970, Francisco Julião combinava, no painel de sua trajetória, as imagens do negociador e do conciliador. O advogado das Ligas Camponesas atuava, a pedido do governador, para acalmar os ânimos e evitar a quebra das máquinas da usina e o incêndio dos canaviais. Eram imagens e narrativas de si, selecionadas para circularem em um possível processo de anistia e volta ao Brasil.

Ainda na década de 1960, poder-se-ia encontrar alguns acontecimentos, apresentados na imprensa, nos quais Francisco Julião estaria participando a negociação em conflitos entre camponeses e latifundiários. Quando, em seu relato de memória, ele afirmava que alguns companheiros infiltrados nas Ligas sectarizaram o movimento, promovendo invasões de terras, como as de Constâncio Maranhão,<sup>21</sup> referia-se, muito provavelmente, à ocupação do Engenho Coqueiro em julho de 1963.

As terras deste Engenho localizavam-se no município de Vitória de Santo Antão, onde estava também o engenho Galiléia, desapropriado em 1959 por decisão da Assembléia Legislativa de Pernambuco – ALEPE – e sancionada, no início do ano seguinte, pelo então governador Cid Sampaio. Esta deliberação repercutiu na imprensa e

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. Cit. p. 165-166.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. Cit. p. 166.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Francisco Julião a Aspásia Camargo em 1977. Op. Cit. p. 164-165.

contribuiu para que as Ligas Camponesas e seu principal líder passassem a ser ainda mais conhecidos e, ao mesmo tempo, combatidos.<sup>22</sup>

Nessa região, segundo informações dos jornais, entre 1500<sup>23</sup> e 2000<sup>24</sup> camponeses estavam mobilizados na ocupação do engenho Coqueiro. Os trabalhadores rurais, ainda de acordo com a imprensa, montaram barricadas em lugares considerados estratégicos para vigiarem as entradas e as saídas da propriedade. Possuíam foices, machados, revólveres e espingardas.<sup>25</sup>

O governador Miguel Arraes, há poucos meses no cargo, passou a negociar diretamente com os camponeses. No dia 11 de julho de 1963, após dois dias de ocupação, uma comissão de oito trabalhadores rurais esteve no Palácio do Campo das Princesas, sede do executivo estadual, para uma reunião. Também se fizera presente Francisco Julião, então deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro. Os camponeses alegaram serem as terras do engenho improdutivas há 23 anos e que mais de 200 famílias teriam sido, paulatinamente, expulsas.<sup>26</sup>

Depois de algumas horas de negociações, todos se dirigiram a Vitória de Santo Antão. Por volta das 17 horas, formou-se uma assembleia. O camponês Manoel Cipriano saudou os presentes e ressaltou que há anos aquelas terras não eram produtivas, propondo assim a desapropriação pelo Estado.

No dia anterior, os trabalhadores rurais mobilizados no engenho Coqueiro faziam questão de exibir suas armas para o fotógrafo do *Jornal do Commercio*. Existiam várias foices e machados, instrumentos de trabalho cotidiano, mas também havia algumas espingardas, revólveres, bacamartes e, ainda segundo o jornal, pistolas tipo *Comblain*.

No dia 11, as fotografias dos camponeses foram publicadas. Em uma delas,

---

<sup>22</sup> Essa narrativa em relação ao Engenho Galiléia dialoga com as produções de: CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960; AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Op. cit.; MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em tempo de revolução**. In: **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010. Op. Cit. Para os debates legislativos em torno da desapropriação do Engenho Galiléia ver os Anais da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco citados em PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Op. cit. Capítulo 01.

<sup>23</sup> Informação do *Diario de Pernambuco*, 11/07/1963. p. 01. APEJE.

<sup>24</sup> Informação do *Jornal do Commercio*, 11/07/1963. p. 12. APEJE.

<sup>25</sup> Esses dados foram coletados na edição do dia 11/07/1963 *Diario de Pernambuco*, bem como dos dias 11 e 12/07/1963 do *Jornal do Commercio*. APEJE. Há uma fotografia, veiculada pelo *Jornal do Commercio*, em que os camponeses apontam seus armamentos, na maioria foices, facões e algumas poucas armas de fogo, para a lente do fotógrafo.

<sup>26</sup> *Jornal do Commercio*, 12/07/1963. p. 10. APEJE.

buscava-se enfocar o aspecto de radicalidade e violência que aquele movimento apresentaria. Como nos afirma Alberto Del Castillo, a criação de imagens nunca se produz de maneira natural, mas se realiza em todo momento de acordo com esquemas pessoais e sociais que formam parte de um código cultural.<sup>27</sup>



**Figura 01:** Grupos de camponeses que ocuparam o Engenho Coqueiro. Fonte: *Jornal do Commercio*, 11 jul. 1963. APEJE

Para o jornal, os camponeses posam em formação de ataque. Vê-se que muitos apontam seus velhos bacamartes e espingardas para a lente do fotógrafo. Eles poderiam usar as armas para se defenderem de uma possível ofensiva dos capangas do engenho, mas também estariam demonstrando a disposição para um enfrentamento armado na busca para alcançar seu objetivo, ou seja, a desapropriação daquelas terras. Contudo, como diz Alberto Del Castillo, há esquemas sociais que participam da criação das imagens. Para o leitor do jornal, aquela fotografia poderia ser vista a partir do lema de Francisco Julião, que ecoava nas manifestações camponesas naquele ano de 1963: “*reforma agrária na lei ou na marra*”. Neste caso, na marra.

Ainda sobre a ocupação daquelas terras, o jornal, que nomeava os camponeses como sendo um “esquadrão de guarda”, afirmava:

<sup>27</sup> CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. **Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México, 1880 – 1920**. 1 ed. México –D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2006. p. 32.

A quantidade de armas, a munição e os mantimentos são considerados segredos estratégicos, as entradas e saídas vigiadas dia e noite e cada caminho é bloqueado e ladeado de trincheiras. [...] Os invasores em pouco mais de dez horas ergueram mais de 20 casas de palha e estrutura de taipa. A vila tomou o nome de João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé.<sup>28</sup>

A descrição poderia ser lida como uma estratégia de guerra promovida pelos camponeses, que homenagearam João Pedro Teixeira, assassinado naquele ano, quando exercia a presidência da Liga Camponesa de Sapé-PB, uma das maiores em número de filiados. O texto do *Jornal do Commercio* apresentava uma narrativa comum a parte da imprensa em Pernambuco, naquele momento, constituída pela ideia de que por meio da luta armada, de uma guerrilha rural, as Ligas Camponesas estariam tomando de assalto o estado. Era nesse código cultural que circulava a fotografia.

No próprio dia 11 de julho, Francisco Julião e Miguel Arraes discursaram na assembleia formada pelos camponeses no engenho Coqueiro. O objetivo era convencer os trabalhadores a se retirarem das terras. O governador afirmou que o Estado não tinha condições financeiras para realizar a desapropriação, mas já havia telegrafado ao Presidente da República e a Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA – solicitando prontas soluções.<sup>29</sup>

No dia 12 de julho, o jornal publicou mais uma fotografia. Agora, representava a assembleia ocorrida no dia anterior no engenho Coqueiro e focava a presença do governador Miguel Arraes e do deputado Francisco Julião, que lado a lado escutavam um camponês discursar.

---

<sup>28</sup> *Jornal do Commercio*, 11/07/1963, p. 12. APEJE.

<sup>29</sup> Informações coletadas também no *Jornal do Commercio*, 12/07/1963, p. 10. APEJE.



**Figura 02:** Arraes e Julião em Coqueiro. Fonte: *Jornal do Comércio*, 12 jul. 1963.

Talvez a intencionalidade da publicação era mostrar que não havia diferença entre Julião e Arraes, entre o governador e o conhecido líder das Ligas Camponesas, considerado um agitador social. Eles estariam na mesma condição de atuação. O jornal fez a opção de publicar a imagem em que o trabalhador rural falava e os políticos apenas escutavam, mas também poderia ter escolhido mostrar as fotografias, que devem ter sido produzidas, de quando estes falaram e aquele escutou.

Com efeito, o texto que funcionou como legenda da imagem acima publicado no jornal afirmava: “*no mesmo flagrante, em que o governador e o deputado se ladeiam [...]*”. Em 1977, quando Francisco Julião construía sua memória sobre os conflitos agrários de 1963 em Pernambuco, era a imagem de que ele estava ao lado de Miguel Arraes, negociando conflitos, dentro da lei, que se desejava fazer aparecer.

Enquanto no dia 11 de julho, o leitor poderia relacionar a fotografia publicada com o radicalismo dos discursos do presidente das Ligas Camponesas, no dia 12, Francisco Julião era apresentado na reportagem sem estar textualmente ligado a nenhuma ação ou palavra de ordem mais radical. Nesta reportagem o jornal deixa circular uma dimensão de que o deputado socialista também poderia conciliar alguns embates entre trabalhadores e latifundiários. Essas intervenções conciliatórias, que coexistiam a discursos mais radicais de reforma agrária “*na marra*”, eram as que Francisco Julião produzia para o seu passado e desejava fazer circular com a entrevista ao CPDOC em 1977. E este posicionamento estava em concordância com a ideia de que

a anistia e o processo de abertura no Brasil visavam promover a conciliação da sociedade.

### Últimas palavras

No final da década de 1970, diversos signos políticos foram operacionalizados para identificar Francisco Julião. Ele podia ser ainda o líder dos camponeses, o agitador social, o messiânico, o radical. As críticas e acusações recebidas pela possível radicalização no pré-1964 e os 14 anos no exílio, contudo, provocaram mudanças. Então ele podia ser também uma pessoa com a “*linguagem tranquila, a voz quase sussurrante e um discreto sotaque*”.<sup>30</sup> Seria também o conciliador, o democrata, o legalista ou, simplesmente, mais um exilado político que retornava ao país.

Francisco Julião constituía-se um e vários, principalmente, por meio da memória, que se produzia dele e por ele. Os usos dessa memória indicavam uma luta pelo controle dos significados do passado, que invadiam o presente da anistia e da redemocratização e tentavam definir as direções a serem adotadas no processo de abertura e os lugares a serem ocupados pelo anistiado naquela sociedade.

A imagem de negociador, selecionada pelos relatos de memória, agiria a contrapelo daquela de agitador e incendiário líder de esquerda do início dos anos 1960. Ela tentava enfraquecer os discursos de reforma agrária na lei ou na marra tão presentes no ano 1963 e inserir Francisco Julião na ordem da negociação e da conciliação, característica do processo de distensão e abertura política do final da década de 1970 e o início dos anos 1980.

Mas os gritos por reforma agrária de 1963 ainda podiam ser escutados. Quando regressou ao Brasil em 1979, Julião era também o radical líder agrário das Ligas Camponesas. A entrevista ao CPDOC e a outros pesquisadores e jornalista indica que havia uma batalha da memória, uma disputa sobre os significados daquele passado e seus usos no processo de redemocratização do país. Os anos iniciais da década de 1960 ainda não haviam passado.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

---

<sup>30</sup> *Diário de Pernambuco*. Novembro de 1979. APEJE

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido comunista em Pernambuco**: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. **Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México, 1880 – 1920**. 1 ed. México –D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (*Coord.*) **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MONTENEGRO, Antonio. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil. 1955 / 1964. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. In: **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**. n. 26-2. Programa de Pós-graduação em História / Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. UFPE, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba a luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

Recebido em 14.12.2014. Aceite 15.01.2015.